

# REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

Volume III



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1981

referidos sete capítulos pode o leitor acompanhar perfeitamente a análise meticolosa feita pelo A., dada a clareza de exposição e a fundamentação transparente que fez em cada ponto que aborda. O enquadramento histórico é apresentado com o devido cuidado.

A Reforma da Igreja, o papel da Cartuxa de Colónia, as relações de Pedro Fabro com os cartuxos, a importância de Luís de Blois na Corte de Carlos V, o mundo da literatura de oração em Espanha, Juan de Ávila e Luís de Granada e os Padres da Companhia de Jesus e outros, como leitores da obra de Gertrudes de Helfta, a renovação religiosa nos começos do séc. XVII, as edições do livro intitulado *Insinuacion de la Divina Piedad*, o lugar de Leandro de Granada, etc., eis alguns dos muitos aspectos desenvolvidos ao longo deste notável livro.

Na conclusão o A. trata, em especial, da forma como a Espanha de Carlos V e dos Filipes acolheu as confidências místicas de Gertrudes de Helfta. Foi lentamente que isso sucedeu, apesar de bem preparada pela publicação do *Liber Specialis Gratiae* de Matilde de Hackeborn e de outros livros que divulgavam o seu nome e algumas das suas confidências. A edição latina da obra gertrudiana de 1599 veio a constituir uma vitória. E, depois, a tradução espanhola entre 1601 e 1603 consuma tal êxito. Leandro de Granada é o grande intermediário da divulgação da obra de Gertrudes de Helfta, devendo ainda dizer-se que o teatro também se apoderou dela. O índice onomástico enriquece sobremaneira a obra.

Estamos perante um trabalho notabilíssimo que muito vem a contribuir para um melhor conhecimento da história da espiritualidade peninsular. Baseando-se nas melhores fontes manuscritas e impressas e apoiando-se na bibliografia mais selecta, Freitas Carvalho elaborou um estudo digno das referências mais encomiosas.

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES

**EUGÉNIO DOS SANTOS — O Oratório no Norte de Portugal: Contribuição para o estudo da história religiosa e social.** Instituto Nacional de Investigação Científica (Textos de História — 4). Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1982.

Baseando-se em fontes manuscritas e impressas de primordial importância, o A. propôs-se estudar um dos capítulos de maior interesse da História da Igreja em Portugal. Como diz na Introdução, a Igreja tinha sido atingida pela crise política, social, cultural, moral e religiosa que se vivia na segunda metade do século XVII. Eram extremas as carências existentes e «negro o panorama da cristandade portuguesa quando, em 1668, Portugal reassumiu os seus destinos como país independente». A Igreja em Portugal encontrava-se «mergulhada numa crise profunda de que só a custo saíria se tivesse vitalidade suficiente para criar instrumentos que lhe permi-

tissem ultrapassá-la, através de órgãos novos, a isso adaptados». O *Tratado Analytico & Apologético sobre os provimentos dos bispados da coroa de Portugal* da autoria de Manuel Rodrigues Leitão, professor da Universidade de Coimbra, que depois viria a ingressar no Oratório, fundando a Casa do Porto, é um depoimento notável para se compreender o estado em que mergulhara a Igreja portuguesa. Naquela obra, impressa em 1715, o autor, arguindo contra um memorial de um professor de Salamanca, D. Francisco Manzano, aborda, entre outras, a questão da falta de preladados impedida pela intervenção de Espanha junto da Santa Sé. Das treze dioceses metropolitanas, só uma, a de Lisboa, tinha à frente um bispo, mas já velho e depauperado. Os Cabidos não estavam à altura de responder às necessidades pastorais, dado o mal que também os atingia. Também a qualidade dos clérigos não satisfazia. Um bispo de Miranda, no último quartel do séc. XVII escreveu: «...é grande a falta de ministros para a Igreja e administração dos sacramentos, pela suma ignorância e incapacidade dos sacerdotes sem nenhum préstimo para o emprego do seu ministério; e a mesma ignorância é ocasião de cometerem todo o género de vícios...». Os *Livros das Visitações* da época esclarecem-nos suficientemente acerca da crise que então se vivia; e as *Constituições Sinodais* não tinham capacidade para remediar tantos males.

É neste contexto que surge o Oratório. A sua vocação urbana era a «certeza de que os seus responsáveis pretendiam atingir em profundidade as massas populares, mantendo sempre as portas abertas e inteira disponibilidade para os ministérios sacerdotais». O que se tentava era prestigiar a figura do clérigo através de uma dedicação exclusiva e absorvente.

O A. dividiu o seu trabalho em três partes: nascimento e difusão do Oratório, os oratorianos e os seus bens e acção pastoral e pedagógica. Na primeira aborda o problema do conhecimento e devoção a S. Filipe de Neri na Península e trata de Bartolomeu do Quental e da fundação do Oratório Português, dos estatutos a adoptar e da originalidade da instituição portuguesa. E ainda do surgimento das várias casas nortenhas (Freixo de Espada à Cinta, Porto, Braga e Viseu), da organização interna, da repartição do tempo na vida quotidiana e do período do apogeu e declínio. Quanto aos bens dos oratorianos, que vêm estudados na segunda parte, Eugénio dos Santos debruça-se sobre a proveniência geográfica e origem social dos congregados e a tentativa de interpretação sociológica dos dados. Sempre guiado por uma preocupação de rigor de análise, trata do património como base de sustentação de cada casa, da instituição de capelas e outras receitas e da aplicação de capitais. A última parte da obra incide sobre a acção pastoral dos congregados e o seu papel no campo do ensino. Por aí se vê que os moveu o desejo de dignificarem a figura do clérigo, o culto das relíquias, o fomento das Irmandades, das Missões e dos sermões. A acção pedagógica foi notável. Nas casas do Norte tiveram início e desenvolveram-se extraordinariamente casas de ensino e criaram-se bibliotecas para o efeito.

A conclusão é de si uma síntese bem elaborada sobre o significado e a acção do Oratório no Norte de Portugal. Tentava-se renovar a Igreja a partir de dentro. A coincidência do seu aparecimento com a restauração da independência nacional (1668) não é mero acaso: «Uma e outra são sinais de que os portugueses tentavam descobrir uma via própria para, a cada nível, reassumirem a sua identidade e o seu rumo político-cultural». O Oratório procurava superar carências e deficiências

atávicas, servindo-se de métodos de acção novos que levassem a uma verdadeira formação dos fiéis e a uma sensibilização autêntica aos problemas postos pela prática cristã. Buscava-se a autenticidade da vivência evangélica contra os diversos tipos de formalismo que grassavam por toda a parte. Por isso se pode dizer que a *devotio moderna* está presente na formação dos futuros congregados desde o início, «pois o noviço deve trazer consigo, ao entrar, um exemplar da *Imitação de Cristo*». Havia uma preocupação grande de penetrar na sociedade para a renovar e cristianizar de forma autêntica.

Como muito bem escreve o A., tem-se exagerado bastante a acção pedagógica do Oratório em Portugal, nomeadamente após a expulsão dos Jesuítas, em 1759. Mas, pelas razões que apresenta, por exemplo, no que toca ao número dos que frequentaram as suas escolas e à falta de estruturas próprias, é de concluir que não foi tão grande a sua acção como tantas vezes se diz, embora a Casa de Lisboa constitua um caso à parte. A acção pastoral teve certamente repercussões bem mais fundas. Muitos brasileiros e protestantes acolheram-se ao Oratório levados pela «reforma» de vida que caracterizava os filhos de Filipe de Neri. O Oratório foi «um poderoso órgão de cristianização da sociedade portuguesa da época moderna». «Mas a sua verdadeira função só poderá ser avaliada com justeza, quando forem devidamente estudadas as outras instituições do mesmo período».

A terminar, Eugénio dos Santos fala de alguns sintomas de fraqueza e mesmo de desagregação do Oratório, como a maneira autónoma, demasiadamente independente, como se governavam e a prática da usura. Embora Pio V, em finais do séc. XVI, atacasse com violência a prática da usura, o certo é que ela se mantinha em grandes proporções. E os adversários do Oratório não perdoavam. «Os juros, com a avidez de bens materiais acumulados, acabaram por minar os pilares da instituição. A sua acção, porém, tinha sido positiva».

O Apêndice Documental e o Índice Onomástico, no fim da obra, vêm completar do melhor modo este importante estudo, apresentado como tese de doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1977. Ao longo do livro encontra o leitor vários mapas que ajudam a compreender com mais exactidão o que aparece no texto. Trata-se de uma obra merecedora dos maiores encómios pela vasta e rica informação que fornece, assente numa análise cuidadosa das fontes consultadas e no rigor e objectividade com que a elaborou. Nos arquivos de Braga, Évora, Guimarães, Lisboa, Porto, Viseu e Roma colheu o A. abundante material que tratou com rara mestria, servindo-se também com relevante probidade científica das fontes impressas. É um trabalho que muito vem contribuir para o esclarecimento de um dos aspectos mais importantes da História da Igreja em Portugal.

O Prof. Silva Dias que, em 1966, publicara *A Congregação do Oratório de Lisboa. Regulamentos Primitivos*, e em 1967 o trabalho «A Congregação do Oratório. Sua traça primitiva», in *Colóquio*, Revista de Artes e Letras, n. 44, pág. 65-67, Lisboa, 1967, fez recentemente uma recensão ao livro de EBION LIMA, *A Congregação do Oratório do Brasil* (Petrópolis, 1980) em *Cultura. História e Filosofia*, vol. I, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1982.

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES